



Borba

Município de Borba

Câmara Municipal

(Unidade Financeira, Desenvolvimento Integrado e Modernização Administrativa)

PROTOCOLO

PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO E COLETIVIDADES 2022

Entre:

MUNICÍPIO DE BORBA, pessoa coletiva n.º 503 956 546, com sede na Praça da República, em Borba, aqui representado pelo Sr. António José Lopes Anselmo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, como primeiro outorgante;

e

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES - DDE/APD, pessoa coletiva n.º 501 129 430, com sede na Avenida da Liberdade n.º 1, em Borba, aqui representado pelo Sr. Eduardo Francisco Cordeiro Lopes, na qualidade de Vice-Presidente da Direção, como segunda outorgante,

É, de acordo com o artigo 14.º do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural, Recreativo e Juvenil do Município de Borba, celebrado o presente Protocolo, que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto o apoio financeiro ao segundo outorgante, no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo e Coletividades (PAAC), para execução das seguintes ações pelo mesmo promovidas:

- 1 Conservação e manutenção da sede
- 2 Colóquio "50ª Aniversário da Lei 6/71"
- 3 Colóquio/ Debate "Família Inclusão"
- 4 Convívio Distrital Comemorativo do 50ª aniversário APD
- 5 Colóquio "Educação Inclusiva nas regiões interiores"

CLÁUSULA 2.ª

Obrigações do Município de Borba

1 - O Município de Borba compromete-se a apoiar o segundo outorgante na execução das ações pelo mesmo promovidas e listadas na cláusula anterior, com uma comparticipação financeira até ao valor total de 1.187,00 EUR (mil cento e oitenta sete euros), durante o ano de 2022, conforme proposta de compromisso n.º 2022/1374, na classificação económica «040701 - Transferências correntes / Instituições sem fins lucrativos» e no plano «2019/A/1».



Município de Borba

Câmara Municipal

(Unidade Financeira, Desenvolvimento Integrado e Modernização Administrativa)

2 - A verba referida no número anterior será distribuída da seguinte forma:

Projetos		Contratualização após Rateio	Despesa a apresentar
1	Conservação e manutenção da sede	47,48 €	48,00 €
2	Colóquio "50º Aniversário da Lei 6/71"	303,87 €	380,00 €
3	Colóquio/ Debate "Família Inclusão"	303,87 €	380,00 €
4	Convívio Distrital Comemorativo do 50º aniversário APD	227,90 €	285,00 €
5	Colóquio "Educação Inclusiva nas regiões interiores"	303,87 €	380,00 €
Total		1 187,00 €	1 473,00 €

3 – O valor atribuído ao segundo outorgante, nos termos do n.º 1, foi apurado tendo em conta o limite de dotação inscrita no orçamento municipal para o respetivo período de candidatura, bem como a listagem de despesas consideradas elegíveis, os critérios de avaliação de candidaturas e os limites máximos de comparticipação por candidatura, propostos fixar à Câmara Municipal de Borba, nos termos do art.º 7.º do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural, Recreativo e Juvenil do Município de Borba.

4 - Em situações excecionais, pode ser autorizada, pelo Presidente da Câmara ou Vereador com competência delegada, a alteração dos projetos constantes no n.º 2 da presente cláusula, mediante solicitação do segundo outorgante que justifique a sua necessidade, devendo sobre o mesmo pronunciar-se previamente à decisão a Comissão de Análise, que deverá salvaguardar o âmbito e valores já aprovados para os mesmos.

CLÁUSULA 3.ª

Disponibilização das verbas

1 - O Município de Borba disponibilizará 25% das verbas dos projetos referidos no n.º 2 da cláusula anterior (excetuando os que carecem de protocolo autónomo que não deverão ser alvo de adiantamento), com a assinatura do presente contrato, sendo o remanescente das verbas disponibilizado, no prazo de 30 dias, após a apresentação dos comprovativos de despesa elegível, referentes a cada um dos projetos, com a elaboração, pela Comissão de Análise, de relatório(s) que assim o justifique.

2 - A libertação das verbas referidas no número anterior só poderá ocorrer, após informação da Comissão de Análise do PAAC, que informe sobre a inexistência de impedimentos à atribuição do referido apoio e sobre a completa instrução do processo de candidatura e da atualização do RMAC (Registo Municipal de Associações e Coletividades).

CLÁUSULA 4.ª

Obrigações do segundo outorgante

1 - Cabe ao segundo outorgante:

- Assegurar a execução das ações/projetos elencados na cláusula 1.ª;



Borba

Município de Borba

Câmara Municipal

(Unidade Financeira, Desenvolvimento Integrado e Modernização Administrativa)

b) Apresentar todos os elementos que, a qualquer momento, lhe sejam solicitados pela Câmara Municipal de Borba, para avaliação de execução dos apoios que lhe são concedidos no âmbito deste contrato, no prazo de 30 dias úteis;

c) Apresentar à Câmara Municipal de Borba, no prazo de 24 horas, a contar da data da respetiva solicitação, os originais dos comprovativos das despesas realizadas e financiadas ao abrigo do presente contrato;

d) Apresentar, no prazo de 30 dias após a conclusão de cada atividade/projeto apoiada(o) ou após a aquisição total do equipamento financiado, o correspondente relatório;

e) Comunicar, com a antecedência mínima de 30 dias, ao Município de Borba, qualquer alteração às datas de realização das ações financiadas;

f) Publicitar o apoio do Município de Borba, sempre que realizar uma ação/projeto financiado no âmbito do PAAC, nos termos do disposto no artigo 25.º do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural, Recreativo e Juvenil do Município de Borba;

g) Aplicar as verbas concedidas, exclusivamente, aos fins acordados e nos termos da candidatura submetida ao Município de Borba no âmbito do PAAC, sob pena da retenção da verba a favor do Município;

h) Enviar ao Município de Borba o recibo correspondente ao valor transferido, no prazo máximo de 10 dias.

2 - O relatório referido na alínea d) do n.º 1 deverá conter a descrição das atividades desenvolvidas, a avaliação/quantificação dos resultados obtidos e o relatório de contas, devendo ser acompanhado da listagem dos documentos justificativos das despesas objeto de financiamento.

3 - O não cumprimento do prazo previsto na alínea e) desobriga o Município de Borba de prestar o apoio correspondente às ações/projetos em causa.

4 - O incumprimento das obrigações previstas nas b), c) e d) do n.º 1 impossibilitará a celebração de novos protocolos com o segundo outorgante, no ano seguinte, bem como, a devolução integral das quantias já recebidas.

CLÁUSULA 5.ª

Penalizações

1 - O segundo outorgante não poderá candidatar as atividades/projetos apoiadas(os) ao abrigo do presente protocolo a quaisquer outros financiamentos no âmbito de programas do Município de Borba, sob pena da Autarquia cessar ou suspender o apoio concedido.

2 - Caso o segundo outorgante preste falsas declarações no âmbito dos procedimentos regulados pelo presente contrato, terá que devolver as importâncias indevidamente recebidas e será penalizado durante um período de um ano, durante o qual não poderá solicitar qualquer apoio, direta ou indiretamente, ao Município de Borba, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal.

CLÁUSULA 6.ª

Disposições Finais

1 - O Município de Borba não se responsabiliza por qualquer falha que origine o cancelamento ou a não realização de uma ação/projeto apresentada.

2 - Os casos omissos a este contrato serão resolvidos pelo Município de Borba.



Município de Borba

Câmara Municipal

(Unidade Financeira, Desenvolvimento Integrado e Modernização Administrativa)

3 – Em condições excecionais, cabe ao Município de Borba disponibilizar parte ou a totalidade do valor a atribuir, sem que para tal seja necessário à associação, justificar a verba recebida.

Feito em duplicado, em Borba, aos 29 de JUNHO de dois mil e vinte e dois

O primeiro outorgante

A segunda outorgante